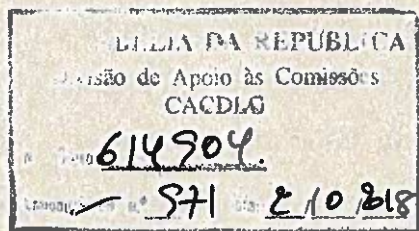


Na reunião de 3 de outubro de 2018, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



Bloco de Esquerda  
Grupo Parlamentar



Recebido n.º 18119 de 2-10-2018

Exmo. Senhor Presidente da Comissão  
Parlamentar de Assuntos Constitucionais,  
Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos

S. Bento, 2 de outubro de 2018

**Assunto:** Audição do Senhor Ministro da Administração Interna sobre o Relatório sobre Portugal da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância

Senhor Presidente,

A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) – instituição independente instituída pelo Conselho da Europa para o acompanhamento da situação dos Estados Membros nestas matérias – tornou público, hoje mesmo o relatório relativo ao quinto ciclo de controlo sobre Portugal.

Constatando embora a existência de progressos em alguns domínios que haviam sido objeto de consideração no Quarto Relatório (2013), a Comissão enuncia o que considera ser um conjunto de “questões preocupantes”, relativas a quatro áreas principais: a) independência efetiva dos organismos de promoção da igualdade; b) práticas de discurso de ódio; c) violência racista e homo/transfóbica; e d) políticas de integração.

São efetivamente dignas da maior preocupação várias das constatações deste relatório. Desde logo, a de que “a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (...) ainda não é independente” (n.º 22). O relatório critica a escassez de dados oficiais sobre



discurso de ódio em Portugal, em contraste com a constatação da facilidade com que “grupos nacionalistas, de extrema direita e neonazis contribuem para propagar o discurso de ódio” (n.º 32). Constata igualmente o relatório (n.ºs 61 e 62) a persistência de relatos de abuso violento pela polícia, com contornos racistas, e do número e gravidade dos mesmos, além de práticas que evidenciam quer um “racismo institucional profundamente enraizado” em esquadras de polícia com jurisdição sobre bairros densamente habitados por pessoas negras, quer “tolerância do racismo pela hierarquia da polícia e pela IGAI”. Finalmente, o relatório assinala falhas preocupantes na execução de políticas para a integração, como a da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas que, em conjunto com outras medidas dirigidas a esta comunidade, “estão ainda longe de abranger todas as comunidades ciganas” (n.º 88).

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera estas referências graves porque demonstram a existência de bem mais do que simples insuficiências menores e pontuais mas sim de traços de racismo e discriminação no comportamento do Estado que persistem impermeáveis à disciplina das leis.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a audição do Senhor Ministro da Administração Interna para prestar ao parlamento os esclarecimentos que são devidos pelo teor do Relatório sobre Portugal da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância.*

O Deputado e A Deputada do Bloco de Esquerda,

José Manuel Pureza

Sandra Cunha